

## PAIS E FILHOS À DERIVA?

*Sobre as novas formas da clínica da parentalidade*

Graciela Cullere-Crespin  
Psicanalista

Salvador de Bahia, Brasil,  
outubro 2011

Enquanto psicanalista de crianças, há mais de trinta anos, eu me confrontei, como a maioria dos clínicos, a estas novas formas clínicas que são provavelmente correlacionadas ao que parece ser um tipo de pano de fundo social, que se move em grande rapidez e que se constitui de uma imensidão de fenômenos de grande complexidade, mas que vem tocar, ao mais íntimo da construção da personalidade de cada sujeito.

Há mais de trinta anos, atendendo essencialmente crianças que não tiveram acesso à linguagem, quer seja porque ainda são muito pequenas para abordar o enunciado verbal, ou porque um distúrbio do desenvolvimento coloca, de maneira crucial, a questão mesma do acesso à linguagem.

Desta maneira, trabalhei em torno da clínica do recém-nascido e foi neste momento que eu cruzei a questão do autismo, sem suspeitar na época, o lugar que estes distúrbios tomariam trinta anos mais tarde. Desde muito cedo eu me interessei pela clínica com crianças acolhidas em abrigos, desde os primeiros anos de vida, tendo como consequência uma falha parental grave.

Na verdade, nestes três casos, é possível interrogar sobre o que acontece no momento da entrada em contato da criança, futuro sujeito, com o campo do Outro, no sentido da articulação com o

mundo simbólico, mediado, trazido pelo outro, em carne e osso, que nós todos encontramos na nossa própria história.

No decorrer dos anos, elaborei uma maneira particular de pensar diferentemente as várias vias de entrada no mundo simbólico: desde a criança em bom desenvolvimento, no seu encontro primordial; passando por aquelas que, em decorrência de um impedimento dos seus pais naturais deverá se construir com ajuda daqueles que encarnaram para ela a função falhada; indo até a criança engajada, desde cedo, em um processo do tipo autístico, que é para mim, o paradigma do encontro faltoso com o Outro

Aos poucos, fui levada a postular, que aquilo que nós chamamos de *pai e mãe* na nossa linguagem cotidiana e familiar, é algo que se apóia necessariamente sobre a nossa experiência privada com pessoas que asseguraram esta função para nós.

Na verdade, se alguém viesse me perguntar "quem é sua mãe?", o que me viria espontaneamente seria seu colo, o timbre da sua voz, os cheiros da sua cozinha, seu riso.... Nós somos todos capturados, até prisioneiros, das nossas lembranças conscientes por aquilo que eu chamaria "atributos" do objeto

O que nos escapa, no nosso pensamento consciente, é que este ser de carne e osso, do qual eu só guardo os contornos e os perfumes, cumpriu com a função, na qual ele foi um *operador* da minha entrada no mundo significante, no mundo dos significados, no mundo simbólico e relacional.

Este aspecto, que se assemelha ao lado oculto da lua, nos escapa a todos, no nosso pensamento consciente, e é bom que ele seja assim na nossa vida cotidiana.

No entanto, logo que nos deparamos com bebês que foram privados, precisamente, deste personagem encarnado, do qual eles não puderam guardar nem os contornos, nem os perfumes, pois as pessoas designadas não se mostraram à altura deste trabalho, foi preciso que eu refletisse, junto com os profissionais que trabalham comigo, como nós iríamos fazer para *fabricar* este encontro. Para dar corpo a um encontro com o outro, capaz de suportar a inscrição da perda, abrindo assim a via à simbolização da falta e do desejo.

Neste caminho, fui, de maneira paradoxal, ajudada pela rapidez de transformação da nossa sociedade. Penso aqui nas novas configurações familiares, a tríade clássica "papai-mamãe-bebê", que foi minada em praticamente três casos sobre quatro, nas nossas grandes aglomerações urbanas.

A dissociação dos casais parentais e as suas re-associações nos colocam diante de novos mosaicos onde nem os nomes, nem os pertences biológicos são constantes.

Além disso, legislações recentes que autorizam mulheres a transmitirem seus nomes de família nos deixaram uma perda de marcas familiares há mais de dois mil anos na nossa sociedade ocidental, sobre a questão da transmissão da filiação pela via paterna.

Mesmo que tais perturbações não se traduzam, felizmente, por psicotizações das novas gerações, nós não podemos negar que estas marcas, nós tenhamos que, neste momento, ir buscá-las, identificá-las, em cada caso particular.

Nós teremos que procurar em cada situação, como o campo do Outro está estruturado para cada criança e como ela vai se organizar, por sua vez, em resposta a este Outro, é o que eu terei que descobrir.

Assim, configurações familiares mais e mais complexas e variáveis nos colocam frente a novos agenciamentos onde, longe

de toda 'desparentalidade', inúmeras mulheres se encontram na situação de "serem mães" de crianças das quais elas não são mamãe e de homens a serem pais de crianças das quais eles não são a mamãe e de homens a serem pais de crianças das quais eles não são o papai.

Vejam bem que eu reservo o termo familiar de "mamãe" e "papai" para os personagens genitores e guardo os termos mais austeros de "mãe" e "pai", para designar a função.

Na verdade, a identificação destas funções tenta responder à difícil questão: "o que é uma mãe? O que é um pai?", além dos personagens genitores.

A clínica do recém nascido e das crianças que necessitam de uma suplência da função parental, me permitiu postular que o que nós chamamos de *pai e mãe*, são duas modalidades de articulação ao campo do significante que permaneceram operantes durante toda a nossa vida. E que estas modalidades antagonistas mas complementares, asseguraram a construção do laço primordial em uma dialética de cada uma destas posições.

***A posição materna é uma posição atributiva e transitiva nas trocas primordiais.***

Assim, deste lugar, o outro materno, que não é exclusivo da genitora, vai dar sentido, vai introduzir o recém-nascido nos significantes do campo do outro. Isto quer dizer, ele vai dar às manifestações do bebê um valor de mensagem.

Se nós analisarmos esta posição, chegaremos à conclusão que esta atribuição não pode ter outra fonte que os conteúdos psíquicos do outro materno.

Dito de outra maneira, a posição materna é projetiva, e nesta medida ela codifica, e não decodifica como pensamos habitualmente, o corpo e as manifestações do corpo do bebê fazendo-o entrar no código significante, no mundo do sentido.

Esta operação, tão fundamental, comporta, no entanto um bemol: *é que o mundo do sentido é o mundo subjetivo do outro materno.* Esta atribuição vai transitar pela sua dimensão subjetiva e é o que eu designo como a dimensão *transitiva* desta posição.

A sabedoria popular diz que todo bebê é, para a sua mãe, o mais bonito do mundo. Quando nós observamos este bebê, ficamos felizes que ele tenha alguém que pensa que ele é 'realmente' o mais bonito, que nem tentamos medir a dimensão projetiva de tal atribuição.

No entanto, se a mãe chega ao nosso consultório com seu bebê de 15 dias para nos contar que ele é mau, pois ele chora para não deixá-la dormir ou somente para lhe atormentar, nós ficamos um pouco sem jeito com tais atribuições. Nesse momento, pensamos que vai ser difícil para este bebê crescer neste lugar de perseguidor.

Esta dimensão projetiva da atribuição materna, que eu chamo transitiva, para me distanciar de toda patologia e situar do ponto de vista Winnicotiano, de que a loucura materna é uma loucura necessária e que se cura sozinha, corresponde à alienação primordial aos significantes do Outro.

Acredito assim poder dizer que, por causa disto, a modalidade da articulação significativa inaugurada pela posição materna é de natureza metonímica.

Estamos do lado do mesmo, em uma relação de continuidade, da possibilidade sem fim de se movimentar em um mundo sem cortes.

Nesta relação ao Outro, será preciso colocar um bemol, um termo, e nós vimos aqui onde classicamente foi teorizado de inúmeras (inúmeras) maneiras, como estando do lado do pai, da posição paterna. A posição paterna corresponde na verdade à operação de separação simbólica, a qual, articulada à alienação

primordial, constitui, segundo Lacan, a emergência do processo psíquico do bebê.

A esse respeito, a operação de corte simbólico corresponde ao início do processo de metaforização.

Esta leitura da organização psíquica me serviu como bússola na abordagem da clínica da pequena infância.

Desta maneira, durante muitos anos, eu me deparei com quadros 'bem clássicos' na clínica infantil banal, quero dizer, estruturados segundo as leis do desenvolvimento típico.

Assim, eu classifiquei na clínica do primeiro ano de vida, certo número de sinais de sofrimentos que eu dividi em duas séries:

1) Ver sobre este assunto na segunda parte do livro ' A Clínica precoce- O Nascimento do Humano' , Casa do Psicólogo (psicólogo), 2004.

- » A série dita 'barulhenta', que parece ser consecutiva a um excesso de atribuição do tipo projetivo, e
- » A série dita 'silenciosa', consecutiva a uma falta psíquica ou a um anonimato de cuidados', podendo ser compreendida como ligadas a um *deficit* de atribuição subjetiva.

No que diz respeito à clínica mais tardia, após o segundo ano de vida, foi comum encontrar crianças apresentando sintomas provenientes destas duas séries, e desta maneira temos:

- » As crianças da vertente '*ativo/conflitual de oposição*', e
- » As crianças da vertente '*depressivos/inibidos*'

Que o conflito de oposição recaia sobre registros tão diferentes como a alimentação, o sono, o fim do uso das fraldas ou a interiorização da interdição, eles nos são familiares, e bem ou mal, nós conseguimos 'tratá-los', em um misto entre a terapia com

a criança e o aconselhamento parental, nos referindo às nossas noções familiares e operantes, de castração e de perda do gozo.

No fundo, esta clínica, se mantinha mais ou menos, no âmbito da 'energia ligada' às representações, para retomar os termos de Freud na Metapsicologia, e assim podemos falar de um lugar do terceiro simbólico atribuído ao analista na transferência.

Há dez anos, me parece que as novas formas de organização nos desafiam a dar uma resposta com as nossas ferramentas habituais. Eu me refiro aqui a estas crianças que foram rapidamente classificadas, no outro lado do atlântico como 'hiperativas', e conseqüentemente medicalizadas, com o resultado que conhecemos.

O problema destas ditas 'crianças-hiperativas', é que elas nos colocam frente ao desafio de entender algo do que elas fazem e em particular a qual consistência do Outro elas se confrontam e em função da qual elas se organizam.

Pois elas não me parecem, pelo menos de uma maneira na qual a lógica seja de cara evidente, responder através de uma oposição à perda do gozo, que claro está sempre ligada a uma suposição - ou à realidade - de um mais gozar do Outro.

E elas também não me parecem se desmoronarem diante de uma falta -real ou fantasmática - do investimento do outro.

Estas crianças nos confrontam estranhamente a uma organização onde elas parecem investir um objeto que não é exatamente o nosso objeto perdido, que se transformou em causa do desejo, e desta maneira marcado pela impossível realização deste mesmo desejo.

O que me parece animar esta nova sintomatologia é uma *consistência* particular do desejo do Outro, que parece dar uma

*coisa*- no sentido de um objeto material-, no lugar da falta simbólica que esta abre à dinâmica do desejo.

Nesta história, tanto o Outro quanto a criança parecem crédulas da verdadeira impossibilidade estrutural do objeto satisfatório, e se comprometem desta maneira, de uma parte e de outra, a um tipo de exigência recíproca, em uma corrida, sem controle, onde tanto um como outro não podem achar uma saída satisfatória, é o caso de se dizer.

De maneira enigmática, essas novas consultas assumem um ar de uma reivindicação aparentemente legítima, baseadas em limites educativos:

- » Os pais exigem que a criança pare de exigir, mas em nome da satisfação já (já) concedida e não do limite, e
- » A criança, por seu lado, não para de não se satisfazer e de continuar a exigir.

O que é interessante, é que esta exigência não se faz em nome do 'limite', mas em nome do gozo já consentido.

Não estamos mais no caso onde para um e para o outro, o verdadeiro desafio seria o 'limite', expressão socializada da interdição do gozo. O que está implicitamente postulado, é que na medida do gozo concedido, deveria haver 'contentamento'.

- » Nós estamos no quantitativo, em uma barganha do *quantum* de gozo ao qual é possível alcançar, consentir, tolerar, até mesmo se acomodar, sem que haja uma verdadeira inscrição do 'lugar do impossível'.

»

Estas novas sintomatologias me parecem marcadas por um tipo de 'tremulação', parentes das nossas antigas 'instabilidades motoras', mas que se distinguiriam do fato de que elas não têm por desafio um objeto entre o sujeito e o seu Outro, mas entre o sujeito e uma *coisa*, da qual o estatuto pouco simbolizado não



permitiria atingir uma verdadeira relação de objeto, tal qual se compreende em psicanálise.

É notável (notável) que estas sintomatologias se coloquem, deste modo, a se assemelhar ao 'tripé' autístico cotado nas escalas de diagnósticos estandardizadas, e que consistem em um distúrbio:

- » Das interações sociais (recusa, isolamento)
- » Da comunicação, verbal (linguagem oral) e não verbal (gestos, mímicas)
- » Dos comportamentos repetitivos e interesses restritos.

Na verdade, nesta troca sem fim que se instaura do fato da não aceitação da interdição do gozo, como se tratasse de uma simples questão quantitativa, podemos postular que a criança não se confronta realmente com o desejo do Outro, no sentido de que o outro não se transforma no objeto do seu próprio desejo. E que a resposta ao *Que vuoi?*, ao enigma do desejo do outro seria uma *coisa*.

Sendo assim, a partir daqui, não nos surpreendemos em constatar que a criança não faz uso dos comportamentos sociais, nem das formas de comunicação verbal e não verbal habituais..... Pedir... porquê?, ou agradecer... porquê? na ausência do estatuto da falta e do dom, que é subjacente à circulação do objeto? A partir daí, a criança vai se concentrar literalmente em uma relação de satisfação imediata da possessão e da manipulação do objeto, resistindo fortemente a toda tentativa de frustração.

Doravante, a frustração não se apóia mais sobre uma operação qualquer de castração, conduzindo à simbolização da perda do objeto, e por esta razão guardará um estatuto puramente imaginário, ou seja, inaceitável. Seria o direito ao gozo absoluto que é pisoteado.

Nós poderíamos perguntar se o 'grande aumento' atual da prevalência dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, não seria em parte baseado neste fenômeno.

Más para nós, analistas, muito além da semelhança formal da sintomatologia, uma verdadeira organização autística se organiza de outra maneira e em particular não está relacionada à falta da interdição do gozo! É outro aspecto dos debates atuais que diz respeito aos diagnósticos clínicos e diagnósticos padronizados!

### **Um pouco de clínica**

Estas noções, um pouco abstratas, que eu elaborei com o intuito de formalizar o que observei na clínica, eu vou agora tentar lhes dar corpo através de duas breves vinhetas clínicas:

» Robin

» Benjamin

Robin é um lindo menininho de 3 anos, nascido de um casal parental com nível profissional elevado e confortavelmente passados da quarentena, ou seja, primeira e única criança prevista.

Robin, foi criado em casa por uma bábá que seguia à risca as instruções parentais.

A consulta é motivada pelo fato de que Robin, não dá muito ouvidos à necessidade de parar de usar fraldas (em francês se diz 'tornar-se limpo!') e que o prazo para a entrada na escola maternal, já tendo acabado, algo precisaria ser feito. (na França um dos pré-requisitos para a entrada na escola maternal é que a criança não use mais fraldas).

Durante a consulta, Robin, que fala de maneira pouco inteligível e se dirige unicamente à sua mãe, toca em tudo, mas não se interessa a nada, chora forte à mínima (mínima) contrariedade e não larga a chupeta, com a qual ele faz sem parar, movimentos complexos e repetitivos e que me evocam fortemente as satisfações auto-sensoriais.

As questões dos pais giram em torno de 'qual escola escolher que poderia aceitar a "não limpeza de Robin" - esperando que ele consiga controlar seus esfíncteres (esfíncteres) através de não sei qual operação do Espírito Santo - ja (já) que nenhum dos dois pais parece ter a noção que 'limpeza' não é algo que vem espontaneamente às crianças.

Uma 'olhada' rápida me permite verificar que Robin dorme entre os pais, quando eles não estão em viagem de negócios, que ele come o que quer quando ele quer, e que, sobretudo, mostra um 'forte caráter', me dizem os pais admirativos (admirados), quando se trata de lhe recusar algo. Assim o pai, a mãe e a bábá estão a serviço de Robin, que decide, ele mesmo, da organização familiar, impõe seus gostos e horários, por pouco os pais não são colocados no regime 'purê-carninha', única alimentação aceita pelo 'moço'.

Os pais não dizem nada de tal situação, o "único" problema, sendo a absurda exigência das escolas francesas de querer que as crianças sejam 'limpas' para serem admitidas.

Assim que, depois de muitos desvios, eu consigo fazer entender à mãe que seria necessário talvez, quem sabe, renunciar- nem que fosse um pouquinho!- a realizar sempre os desejos de Robin, a mãe dispara em choro, o que faz com que o pai interrompa a sessão me acusando de 'ter feito chorar sua esposa'. SIC.

**Benjamim**

Benjamim é um menininho de três anos, nascido de um casal homossexual feminino. Elas haviam decidido ter um filho - aquela que o carregou é a mesma que carregou o desejo, sua companheira só fez aceitar. Para tanto, elas recorreram a uma fecundação através de doador anônimo.

Sendo todas as duas altas e loiras, professoras de esporte, elas decidem buscar um doador na Dinamarca, para se assegurarem de 'um mínimo de semelhança'.

Benjamim nasce de uma gravidez que se passa bem e após um período posnatal um pouco difícil, as coisas parecem se estabilizar, exceto ~~por~~ uma forte instabilidade que dificulta a integração de Benjamim na escola.

*Tendo começado a falar cedo e bem, Benjamim começa a importunar sua mãe e "Verô"- a companheira- com a questão de saber onde está seu pai.*

A consulta é então motivada pelo desejo de verificar a validade da decisão pensada: elas decidiram levar Benjamim à Dinamarca, de sair no meio da rua de Copenhague e de lhe dizer ' ele tá por aí, teu pai'.

### **Como conclusão**

Parece-me que nestes dois exemplos, nós não nos encontramos dentro de simples dificuldades educativas, mas muito além, em algo onde a interdição do gozo e seu correlato- o objeto perdido- , não podem ser nem reconhecidos, nem inscritos.

O desafio para o clínico, doravante, é o de vir a responder a estas novas clínicas sem derrogar a ética do sujeito.

**OBRIGADA.**